

RESOLUÇÃO Nº 13/2024/COMPED

Dispõe sobre a definição de critérios e procedimentos para inscrição junto ao Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Jaraguá do Sul, das organizações governamentais e não governamentais, com ou sem fins lucrativos e seus respectivos serviços e programas de atendimento.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE JARAGUÁ DO SUL, COMPED/JS reuniu-se nas datas de 04 de julho de 2024, 01 de agosto de 2024 e 23 de agosto de 2024, contendo como Pautas a definição de critérios e procedimentos para inscrição junto ao Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Jaraguá do Sul, das organizações governamentais e não governamentais, com ou sem fins lucrativos e seus respectivos serviços e programas de atendimento, em aquiescência ao que lhe confere a Lei Municipal no 7.303/2016, e ainda:

CONSIDERANDO A Constituição Federal do Brasil estabelece a igualdade de todos perante a lei e prevê a proteção dos direitos das pessoas com deficiência, especialmente no artigo 7º (direitos trabalhistas), artigo 23 (competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e artigo 24 (competência legislativa concorrente);

CONSIDERANDO A Legislação Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), nº 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que dispõe sobre a inclusão, educação, saúde, trabalho e assistência social (BPC);

CONSIDERANDO A Lei Federal nº 8.213/1991, conhecida como Lei de Cotas, que estabelece a obrigatoriedade de empresas reservarem uma porcentagem de suas vagas para pessoas com deficiência;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 3.298/1999, que regulamenta a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, detalhando aspectos como habilitação, reabilitação e acessibilidade;

CONSIDERANDO A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996 que assegura a inclusão de alunos com deficiência no sistema educacional;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 5.296/2004 que regulamenta a acessibilidade para pessoas com deficiência, especificando normas técnicas e critérios de adaptação de espaços públicos e privados;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 7.303/2016 que reorganiza o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Jaraguá do Sul (Comped/JS) e dá outras providências e competências, dentre elas a necessidade de acompanhar o

desenvolvimento das atividades, projetos e programas desenvolvidos com e para a população com deficiência do município de Jaraguá do Sul, SC.

Resolução

Art. 1º. Estabelecer critérios para inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Jaraguá do Sul/COMPED, das organizações governamentais e não governamentais, com ou sem fins lucrativos e seus respectivos serviços e programas de atendimento e definir:

- I. Entidades de atendimento à pessoa com deficiência: organizações¹ que desenvolvam atividades direcionadas à população com deficiência que complementam as políticas públicas direcionadas à população com deficiência.
- II. Grupos de convivência de pessoas com deficiência: espaços de convivência com o objetivo de integrar seus participantes com a comunidade, promovendo qualidade de vida por meio do acesso à informação, saúde e lazer.
- III. Programas: ações e projetos complementares à política pública direcionada à população com deficiência desenvolvidos por organizações e órgãos públicos, com o objetivo de atender a pessoa com deficiência em suas necessidades biológicas, psicológicas e/ou sociais, assegurando os direitos fundamentais e o exercício da cidadania.
- IV. Inscrição: primeiro registro do programa/entidade/grupo no Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência.
- V. Renovação: atualização da inscrição, que deve ser realizada no prazo previsto em Resolução.

Art. 2º. O COMPED deve receber o requerimento de inscrição de programas/entidades/grupos que atuem de acordo com o artigo 3º, inciso XV, alínea "e" do Regimento Interno do COMPED, Anexo Único do Decreto Municipal nº 18.164/2024.

Art. 3º. A resolução define os procedimentos e etapas para a inscrição/renovação de entidades/programas/grupos, o seguinte fluxo:

- I. Requerimento da inscrição/renovação da entidade/programa/grupo por meio do

¹ Entende-se Organizações as pessoas jurídicas de direito privado ou público, com ou sem fins lucrativos, tais como Associações, Fundações, Institutos.

formulário preenchido pelo representante legal, de acordo com o estabelecido em Resolução;

- II. Apresentação da documentação da entidade/programa/grupo, considerando o exigido em Resolução;
- III. Análise da documentação pela Comissão de Inscrição e Fiscalização do Conselho Municipal dos Direitos Da Pessoa com Deficiência;
- IV. Realização de visita pela Comissão de Inscrição e Fiscalização à entidade/programa para avaliação dos serviços prestados e condições das instalações físicas, excetuando os grupos de convivência de pessoas com deficiência;
- V. Emissão de parecer de avaliação da entidade/programa/grupo pela Comissão de Inscrição e Fiscalização, apreciação e deliberação do parecer emitido pela Comissão de Inscrição e Fiscalização pelos conselheiros em plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- VI. Aprovado o parecer, será emitida Resolução e a secretaria executiva providenciará o certificado de inscrição da entidade/programa/grupo, comunicando o seu representante para que compareça ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência para retirada.

Art. 4º. As entidades/programas/grupos deverão comprovar que desenvolvem projetos voltados para a população com deficiência de Jaraguá do Sul.

Parágrafo único: Quando da inscrição de programas e/ou projetos ainda não executados, será necessário constar no plano de trabalho a indicação do território contemplado.

Art. 5º. No que compete aos Programas e Entidades de atendimentos à pessoa com deficiência ou que realizam algum trabalho com este público, os procedimentos para a inscrição junto ao COMPED ficam assim definidos:

- I. A Entidade não governamental que estiver solicitando **inscrição** deverá apresentar, no ato de requerimento, os seguintes documentos:
 - a. Formulário de inscrição/renovação preenchido e assinado pelo representante legal (Anexo I);
 - b. Plano de trabalho e/ou programa;
 - c. Estatuto social (registrado em cartório);
 - d. Ata de fundação da Instituição (registrada em cartório);

- e. Ata de eleição e de posse da diretoria atual (registradas em cartório);
- f. Fotocópia do RG e CPF do presidente da OSC;
- g. Cartão CNPJ;
- h. Alvará de funcionamento da Prefeitura;
- i. Alvará da Vigilância Sanitária ou documento de dispensa;
- j. Certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (não condicionante);
- k. Certidão de utilidade pública (não condicionante);

II. A Entidade não governamental que estiver solicitando **renovação de inscrição** deverá apresentar, no ato de requerimento, os seguintes documentos:

- a. Formulário de inscrição/renovação preenchido e assinado pelo representante legal (Anexo I);
- b. Plano de trabalho e/ou programa atualizado;
- c. Relatório de atividades do ano anterior;
- d. Ata de eleição e de posse da diretoria atual (registradas em cartório);
- e. Fotocópia do RG e CPF do presidente da OSC;
- f. Alvará de funcionamento da Prefeitura;
- g. Alvará da Vigilância Sanitária ou documento de dispensa;
- h. Certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (não condicionante);
- i. Certidão de utilidade pública (não condicionante);

III. A Entidade governamental que estiver solicitando **inscrição** deverá apresentar, no ato de requerimento, os seguintes documentos:

- a. Formulário de inscrição/renovação preenchido e assinado pelo representante legal (Anexo I);
- b. Plano de trabalho e/ou programa;
- c. Alvará de funcionamento da Prefeitura;
- d. Alvará da Vigilância Sanitária ou documento de dispensa;
- e. Certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (não condicionante);

III. Entidade governamental que estiver solicitando **renovação de inscrição** deverá apresentar, no ato de requerimento, os seguintes documentos:

- a. Formulário de inscrição/renovação preenchido e assinado pelo representante legal (Anexo I);
- b. Plano de trabalho e/ou programa atualizado;



- c. Relatório de atividades do ano anterior;
- d. Alvará de funcionamento da Prefeitura;
- e. Alvará da Vigilância Sanitária ou documento de dispensa;
- f. Certificado de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (não condicionante);

Parágrafo único: A necessidade de alvará de funcionamento da Prefeitura e de alvará da Vigilância Sanitária dependerá do tipo de atividade realizada pela entidade e a avaliação ficará a critério da Comissão de Inscrição e Fiscalização.

Art. 6º. A solicitação de inscrição será feita via Protocolo SEI, Sistema Eletrônico de Informações (<https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/sei>). Após abertura do Protocolo e do recebimento dos documentos, cabe à Secretaria Executiva do COMPED, despachar imediatamente para a Comissão de Inscrição e Fiscalização.

Art. 9º. Caberá à Comissão de Inscrição e Fiscalização:

- a. Conferir a presença de todos os documentos exigidos, conforme *check-list* da Resolução;
- b. Faltando algum documento, contatar formalmente o remetente para complementação ou justificativa, sob pena de extinção do processo;
- c. Estando a documentação completa, analisar a documentação apresentada pelos programas/entidades/grupos;
- d. Emitir parecer sobre o requerimento de inscrição ou renovação recomendando o seu deferimento ou indeferimento;
- e. Apresentar o parecer na plenária para a apreciação e deliberação dos conselheiros.

Parágrafo Único. A Comissão poderá requerer, durante a tramitação, documentos e/ou informações a outros Conselhos, bem como a órgãos das três esferas de governo, com o fim de melhor instruir o processo.

Art. 10º. Caberá à Plenária discutir e deliberar sobre o parecer da Comissão de Inscrição e Fiscalização, deferindo ou indeferindo a inscrição ou renovação do programa/entidade/grupo.

Art. 11º. Após deliberação da Plenária e publicada a Resolução caberá à Secretaria Executiva:

- a. Emitir o certificado de inscrição ou renovação;

- b. Comunicar o seu representante para que compareça ao Conselho Municipal dos Direitos Da Pessoa com Deficiência para retirada.

Art 12º. Os certificados emitidos terão a seguinte validade:

- I. Nos casos de inscrição de programas/entidades/grupos já em funcionamento (entidades) ou em execução (programas) na data do Requerimento, os certificados terão validade de 2 (dois) anos;
- II. Os certificados de inscrição para programas/entidades/grupos que estejam iniciando suas atividades com pessoas com deficiência, ou seja, que não possuem histórico de atividades anteriores, terão duração de 1 (um) ano;
- III. Nas renovações de inscrição, os certificados terão 2 (dois) anos de validade.

Parágrafo único: O COMPED poderá suspender e cancelar a inscrição do programa/entidade/grupo quando verificar irregularidade na execução das atividades, de acordo com as leis e normas vigentes.

Art.13º. O COMPED poderá, a qualquer momento, e deverá, obrigatoriamente, pelo menos uma vez antes da concessão e de cada renovação, fazer visita institucional à entidade para avaliação dos serviços prestados, cujo relatório será anexado ao respectivo processo.

Art. 14º. A plenária terá competência para deliberar sobre questões relacionadas à inscrição e renovação de programas/entidades/grupos nos casos em que a Resolução estiver omissa.

Art. 15º. A existência de certificação vigente não garante a renovação do registro junto ao COMPED caso o programa/entidade/grupo não apresente todos os requisitos da Resolução que dispõe sobre critérios e procedimentos para inscrição junto ao Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Jaraguá do Sul, das organizações governamentais e não governamentais, com ou sem fins lucrativos e seus respectivos serviços e programas de atendimento.

ANEXO I - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO/RENOVAÇÃO DE PROGRAMA E ENTIDADES DE ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

1 – Identificação da Entidade

- 1.1. Nome Fantasia da Entidade:
- 1.2. Razão Social:
- 1.3. Endereço completo:
- 1.4. Ponto de Referência:
- 1.5. Contatos:
 - a. Telefone:
 - b. Celular:
 - c. E-mail:
 - d. Site:
 - e. Rede social:
- 1.6. Dias e Horários de Funcionamento da Entidade/Programas:
- 1.7. Nome do Responsável:
- 1.8. Nome do Coordenador/Gerente do Programa ou Entidade:
- 1.9. Documentação da Entidade (relacionar os documentos anexos a este formulário).

2 - Programa Específico

(Caso a Entidade esteja registrando apenas um programa ou projeto voltado para a pessoa com deficiência e não todas as suas atividades, responder abaixo)

Nome do Programa/projeto:

Tempo de duração:

Sobre a execução:

- () Está sendo executado
() Iniciar a execução após a inscrição no COMPED
() Após a inscrição no COMPED a entidade iniciará captação de recursos

Recebe algum recurso público para sua execução? Indique qual fonte.

Já foi realizado em outro município ou Estado? Indique.

O programa/projeto será realizado:

- () Na sede da entidade
() Em espaço público
() Em espaço cedido
() Ambiente virtual
() São itinerantes
() Outros (especifique)



3 – Área de atuação/abrangência do Programa/Entidade

3.1. Assinale os itens que indicam os atendimentos e serviços realizados pelo programa ou que estejam mais adequados aos objetivos da entidade:

- ☐ Orientação, apoio e acompanhamento sócio-familiar
- ☐ Promoção e atendimento de saúde (ambulatorial, hospitalar ou domiciliar)
- ☐ Prestação de serviço especializado ou de referência
- ☐ Promoção dos direitos e garantias da pessoa com deficiência
- ☐ Grupo de convivência / organização comunitária
- ☐ Outro: (Especificar: por exemplo: estudo, apoio, proteção)

3.2. Número de pessoas atendidas, identificadas por modalidade de atendimento/serviço:

3.2.1. Caso o programa ainda não esteja em execução, indique a quantidade de pessoas com deficiência a serem alcançadas por modalidade de atendimento ou serviço.

3.3. Possui registro em outros Conselhos? Quais? (descrever):

3.4. Possui convênios ou outros termos de parceria com órgãos públicos?

- ☐ Municipal (identificar):
- ☐ Estadual (identificar):
- ☐ Federal (identificar):

Descreva:

3.5. Natureza Jurídica

- ☐ Direito Privado com fins lucrativos
- ☐ Direito Privado sem fins lucrativos
- ☐ Direito Privado público

3.6. Tipo de Pessoa Jurídica

- ☐ OS (Organização Social – Lei 9.637/1998)
- ☐ OSC (Organização da Sociedade Civil - Lei 13.019/2014 – 13.204/2015)
- ☐ OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Lei 9.790/1999)
- ☐ Fundação ou Instituto
- ☐ Instituição Pública ou de economia mista
- ☐ Outros (especificar):

4. Instalações Físicas

4.1. Sede

- () Própria
() Alugada
() Cedida (especificar)
() Outro (especificar)

4.2 As atividades são desenvolvidas:

- () Na sede
() Em espaço público
() Itinerante
() Ambiente virtual
() Outros (especificar)

5. Do requerimento

Declaro que as informações que constam neste documento são expressão da verdade e solicito o recebimento da documentação anexa para análise COMPED.

Data:

Cargo ou função:

Nome completo:

Assinatura:

(A assinatura pode ser manuscrita)

RESOLVE

Art. 1º – Aprovar esta Resolução referente os critérios e procedimentos para inscrição junto ao Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Jaraguá do Sul, das organizações governamentais e não governamentais, com ou sem fins lucrativos e seus respectivos serviços e programas de atendimento.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de setembro de 2024.


Janaine de Oliveira Cerkal

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com
Deficiência de Jaraguá do Sul - Comped/JS

O presente texto foi publicado,
por afixação no saguão da
Prefeitura Municipal de Jaraguá
do Sul, em 05/09/2024
de acordo com a Lei Orgânica do
Município.

Robson Guilherme de Andrade Minel
Diretoria de Relações Públicas,
Consultoria Administrativa e Legislativa
Cabinete do Prefeito